

PT cobra um julgamento rápido

Porto Alegre — Embora ache impossível que ocorra uma eleição presidencial sub judice, o jurista e candidato a vice-presidente da República pelo PT, senador José Bisol, alertou que no caso de o Tribunal Superior Eleitoral aceitar ou rejeitar pedidos de impugnação da candidatura de Sílvio Santos, quem se sentir prejudicado pode recorrer ainda ao Supremo Tribunal Federal. Isto, “em tese, poderia levar que durante e após a eleição, a candidatura de Sílvio Santos ainda esteja sob julgamento da Justiça”.

“Acho que os ministros já estão se dando conta dessa hipótese e deverão enxugar os prazos de julgamento, como por exemplo, examinar já no primeiro dia um pedido de impugnação, sem esperar os cinco dias possíveis. Mas não se pode reduzir o prazo de cinco dias para as partes”, advertiu Bisol.

Do ponto de vista dos prazos, em tese, pode ocorrer que a eleição presidencial, pelo menos em relação à candidatura Sílvio Santos — diante da intenção de vários partidos de impugnar seu nome no TSE — esteja em julgamento mesmo durante ou após as eleições, observou Bisol.

Indo adiante na hipótese, Bisol disse que “poderá” haver um outro complicador jurídico: se a decisão ocorrer após a eleição

presidencial, e esse candidato for declarado não registrado pela Justiça Eleitoral, qualquer eleitor do Sílvio Santos poderá recorrer à Justiça, reclamando que seu direito constitucional de votar não foi respeitado”. Isso abre a perspectiva de ocorrer uma terceira eleição (intermediária entre primeiro e segundo turnos), mas Bisol prefere não acreditar nesta possibilidade.

“Os juízes estão muito conscientes desse problema e deverão decidir a questão das impugnações antes das eleições. E os magistrados poderiam obter um compromisso dos partidos, desistindo de prazos legais (até cinco dias) para permitir que o eleitor possa escolher livremente”.

Para Bisol, a candidatura de Sílvio Santos é “uma brincadeira”. “Retira a seriedade do processo eleitoral e é uma vergonha para o Brasil”. Temos uma legislação eleitoral insuficiente, mas não se precisa exagerar. É preciso um estudo mais aprofundado de legislações, e a Itália tem uma boa legislação, que poderia ser adaptada ao Brasil. Quanto aos julgamentos da impugnação da candidatura Sílvio Santos, Bisol espera que o Judiciário e os próprios partidos dêem uma solução, a mais rápida possível, diante da importância da eleição.